

zação e funcionamento do SNIS, como foi assinalado.

A propósito, o papel dos inquéritos populacionais na obtenção e na produção de dados e informações sobre a situação de saúde é inquestionável. A experiência brasileira nessa área é suficiente para orientar o estabelecimento de inquéritos nacionais periódicos que componham um sistema nacional de informações em saúde e é especialmente relevante a citação, entre outros, da PNAD e seus suplementos-saúde.

As dificuldades metodológicas apontadas no artigo em debate sobre a possibilidade de inquéritos como o que se realiza na PNAD são superáveis. Quanto à possibilidade de introduzir vies pelo uso de informantes secundários, pode-se dizer que a seleção aleatória de um indivíduo em cada domicílio, que responda ao inquérito, pode não evitar totalmente os custos adicionais que advêm da necessidade de que um domicílio seja visitado repetidas vezes até que o participante selecionado seja encontrado e entrevistado, evitando-se substituição. O aprimoramento sobre o qual se comenta é, porém, fundamental para que os resultados desses inquéritos constituam uma base confiável para o acompanhamento da situação de saúde. As necessidades de informação para a gestão de sistemas locais requerem que se superem os obstáculos para a obtenção de dados por microáreas, possibilitando, portanto, um nível adequado de desagregação por área geográfica na análise, dirigido ao conhecimento da situação local de saúde, seja no nível municipal e ou por setores censitários. Por outro lado, a estabilidade e permanência de uma Pesquisa Nacional de Saúde, como foi sugerido, que tenha desenho e metodologia comparáveis em cada corte transversal, e que possibilite inclusive a integração de análises que podem ser feitas com os dados dos sistemas de informação de registros contínuos necessita de urgente decisão e implementação.

As necessidades de informação para a formulação de políticas, dos planos, dos pactos de gestão pela melhoria das condições de saúde e da qualidade de vida da população, para a redução das desigualdades sociais em saúde e para o exercício da cidadania apontam para o momento crítico em que se encontram os processos de produção de informações em saúde no Brasil. O SNIS foi inscrito no documento de Política Nacional de Informação e Informática em Saúde, apresentado na 12ª Conferência Nacional de Saúde<sup>5</sup>, e são muito oportunas as proposições feitas para ampliar a sua abrangência incluindo os inquéritos

nacionais em saúde e as estratégias para a sua efetivação.

## Referências

1. Viacava F. Informações em saúde: a importância dos inquéritos populacionais. *Rev C S Col* 2002; 7(4):607-21.
2. Datasus [acessado em 18.05.2006]. Disponível em: <http://w3.datasus.gov.br/datasus/datasus.php>. Ministério da Saúde [acessado em 18.05.2006]. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/saude/>. Rede Interagencial de Informações em Saúde [acessado em 18.05.2006]. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/idb2004/public.htm>.
3. Brasil, Ministério da Saúde, Departamento de Informação e Informática do SUS. Política Nacional de Informação e Informática em Saúde. Proposta Versão 2.0 (Inclui deliberações da 12ª. Conferência Nacional de Saúde), Brasília, 29 de março de 2004. 38 p. [mimeo].

## Os autores respondem The authors reply

Inicialmente, gostaríamos de agradecer as valiosas contribuições dos debatedores que ampliaram de modo expressivo o escopo do artigo. O grande número de adesões ao debate, por si só, revela a importância do tema. Salientamos que existe uma boa confluência nas reflexões feitas pelos diversos autores sobre a necessidade da integração dos dados de base populacional ao Sistema Nacional de Informações em Saúde (Eduardo Mota, Álvaro Escrivão, Rita Barata). Caminha-se cada vez mais no sentido de um amadurecimento da idéia de que o Sistema Nacional de Informações em Saúde será sempre composto de sistemas independentes, que têm suas lógicas próprias e que investimentos devem ser feitos no sentido da sua intercomunicação.

Alguns autores dirigiram suas falas para o aprimoramento dos inquéritos nacionais de saúde como o suplemento saúde da PNAD e aqui merecem destaque as contribuições de Lígia Bahia e Ronir Luiz quanto à complementaridade necessária entre os dados da Agência Nacional de Saúde – cadastro de operadoras e usuários – que são uma fonte mais apropriada de informações sobre a forma de pagamento e as variações nas características dos planos, e os dados populacionais que são a melhor forma de captar a cobertura da população por plano de saúde.

Uma sugestão a ser considerada no que se

refere aos inquéritos de base populacional é a de se conseguir estimar o tempo de cobertura dos contratos, assim como a perda de cobertura por parte da população.

Também são importantes as sugestões de inclusão de quesitos sobre atenção domiciliar e melhor detalhamento sobre os atendimentos de urgência/emergência, assim como outras sugestões feitas por Gabriel Ferrato para incluir questões sobre acesso geográfico e tempo de espera para ser atendido. Com relação ao recebimento gratuito de medicamentos, o suplemento saúde da PNAD (1998 e 2003) coleta essa informação vinculada ao atendimento recebido. Uma outra questão referida por Gabriel Ferrato e Aluísio Barros diz respeito à necessidade de utilizar os inquéritos de base populacional para avaliar o acesso a serviços com diferentes níveis de complexidade. Aluísio Barros também adverte para a necessidade de se adequar o desenho amostral dos inquéritos no sentido de se poder analisar a atenção à saúde em determinados grupos de morbidades. Gulnar Mendonça reitera a necessidade dos inquéritos na captação de dados sobre fatores de risco para doenças crônicas que permitam avaliar o efeito no médio e longo prazo, em particular, das políticas de prevenção das doenças crônicas não transmissíveis.

Quanto às questões metodológicas apontadas no artigo, Aluísio Barros e Rita Barata acreditam que várias delas são tecnicamente superáveis e quando este não for o caso, é preciso recorrer a procedimentos analíticos que minimizem possíveis vieses. Aluísio Barros ressalta que pouca atenção tem sido dada pelos produtores dos inquéritos à disseminação de informações sobre aspectos metodológicos importantes para serem considerados na análise, principalmente quando se deseja que os dados sejam processados por pesquisadores menos familiarizados com dados derivados de amostras complexas. Essa sugestão, a ser seguida no Brasil, é o do National Center for Health Statistics estado-unidense na divulgação dos dados do National Health Interview Survey sobre a disponibilização de farto material metodológico para orientar a utilização adequada dos microdados<sup>1</sup>. Gulnar Mendonça cita especi-

ficamente a necessidade de se dar melhor tratamento às não respostas seja do ponto de vista da documentação, seja do ponto de vista da análise. No entanto, no caso da PNAD, a percentagem de não resposta costuma ser baixa, o que talvez não seja o caso de outras pesquisas concentradas nas capitais.

No que se refere à relevância dos dados de inquéritos de base populacional, além das questões já abordadas, Rita Barata ressalta a importância de inquéritos voltados para a avaliação e a formulação de política nacional de saúde. Aluísio Barros considera importante a questão da desagregação das informações até o nível municipal, de tal forma que a informação esteja mais disponível ao gestor local. Entretanto, Rita Barata argumenta que inquéritos nacionais dificilmente conseguem produzir informação para o nível local, dado o alto custo de uma amostra representativa no nível municipal. Nesse sentido é importante lembrar a recomendação da primeira reunião do Comitê Temático Interdisciplinar sobre Informação de Base Populacional (CTI-IBP) da RIPSa, realizada em maio de 2006, que apontou para a importância da padronização de quesitos de forma a permitir comparabilidade dos dados gerados por diferentes pesquisas em diferentes níveis administrativos. No que se refere ao nível nacional, Gulnar Mendonça lembra a importância de consultar as várias instâncias do Ministério da Saúde visando à maior utilização das informações pelos gestores federais e estaduais. Gabriel Ferrato ressalta que os recursos financeiros para a realização de inquéritos de base populacional são facilmente mobilizáveis e devem constar do Plano Plurianual (PPA) para que se estabeleça a periodicidade de execução das pesquisas de base populacional, recomendação também feita na reunião do CTI-IBP.

## Referência

1. National Health Interview Survey. Survey Description. Disponível em [www.cdc.gov/nchs/nhis.htm](http://www.cdc.gov/nchs/nhis.htm). Julho 2005.